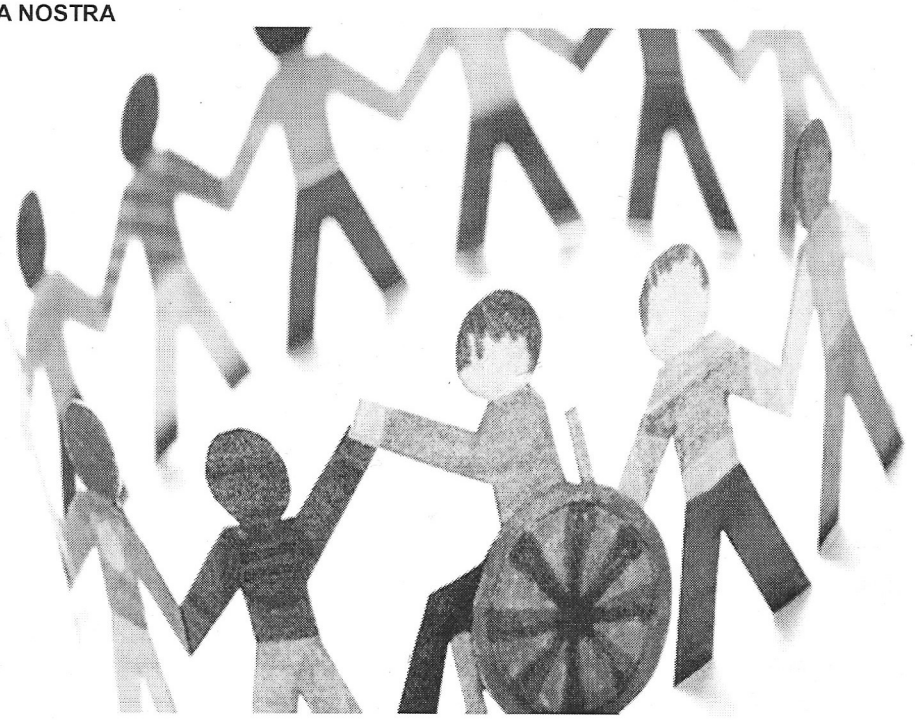
REFLEXÕES SOBRE A ESCOLA INCLUSIVA HOJE! POR REDAÇÃO

TERRA NOSTRA



Artigo de opinião de António Oliveira

A mudança para a abordagem inclusiva implica uma modificação qualitativa e organizacional das escolas, bem como das práticas educativas em sala de aula, nas quais os professores têm um papel fundamental na adequação dos currículos e na definição de respostas diversificadas perante as necessidades de todos os alunos.

O processo de reforma da Educação Especial e a orientação do ensino regular em direção às escolas inclusivas não é fácil, pois implica um longo processo de transformação da cultura educativa das escolas, da sua organização interna e o aumento das práticas de colaboração na procura de soluções para os problemas com que se deparam os alunos quotidianamente.

Acerca da implementação de um sistema educacional inclusivo, a escola deve refletir valores de igualdade e de aceitação, práticas pedagógicas mais diversificadas, flexíveis e colaborativas do que as praticadas na escola tradicional, ajustando-se a todas as crianças que a desejem frequentar, de preferência na localidade onde residem.

O conceito de escola inclusiva é muito mais abrangente do que o simples atendimento de alunos com necessidades educativas especiais, já que o espaço onde se desenrola a ação educacional deve congregar todos os alunos. A escola inclusiva opõe-se ao conceito de escola tradicional, pois esta defende um ambiente de aprendizagem no qual a diferenciação pedagógica e curricular são fatores fundamentais na valorização das diferenças dos alunos com NEE, face ao que alguns consideram a normalidade.

A questão da diferenciação pedagógica parte de uma sensibilidade do professor para com a diversidade sociocultural dos seus alunos, atendendo a que a diferenciação dos seus métodos de ensino terão como finalidade contribuir para: o acesso às aprendizagens curriculares essenciais em condições de igualdade de sucesso, ao desenvolvimento de uma postura crítica nos alunos face ao saber pedagógico e ao bilinguismo cultural, ou seja, a capacidade inata ou aprendida para que um indivíduo consiga movimentar-se, utilizar os meios ao seu dispor e poder (sobre)viver numa determinada sociedade, diferente da sua cultura de origem.

Uma pedagogia voltada para a inclusão educativa não se limita ao processo tradicional de

transmissão de conhecimentos. A prática educativa envolve o reconhecimento e valorização da diversidade individual e cultural, O compromisso na promoção dos valores da inclusão, quer na escola, quer na sala de aula e, finalmente, o reconhecimento da importância da comunidade local no apoio às escolas inclusivas.

Uma reformulação conceptual da escola atual implicará a garantia de uma educação e justiça social para todos os que nela coexistem. Esta mudança dependerá de uma transferência efetiva da perspetiva educativa (centrada na criança) em que assentou durante anos a ideia de integração da criança com NEE, para uma abordagem centrada no currículo.

A flexibilidade curricular deve estar implícita nas práticas a desenvolver nas escolas inclusivas, pois o currículo do aluno com NEE deve refletir as suas características e necessidades educativas.

As práticas de colaboração e cooperação entre professores dinamizadas no seio da escola inclusiva são uma consequência das políticas educativas direcionadas para a autonomia da mesma. A autonomia visa, desta forma, que a escola seja encarada como capaz de se desenvolver perante as condições que lhe são proporcionadas e na comunidade em que se insere, para além de responder às necessidades dos alunos que a frequentam, aos objetivos educativos governamentais ao nível nacional, ao projeto educativo de escola e, num âmbito mais restrito, ao projeto curricular de cada turma.

Partindo do pressuposto que defende uma modificação das práticas educativas, a Direção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular-DGIDC (2011) identifica seis fatores essenciais no processo de desenvolvimento das escolas inclusivas:

-1º Eficácia da liderança escolar (direções executivas);

-2º Desenvolvimento de práticas reflexivas sobre a ação educativa;

-3º Participação e envolvência de toda a comunidade escolar;

-4º Planificação regular das aprendizagens realizada em estreita colaboração com os professores e outros técnicos educativos;

-5º Incremento de estruturas de coordenação educativa e desenvolvimento de estratégias internas de acompanhamento e avaliação das aprendizagens;

-6º Existência de sentimentos e práticas de valorização de todos os profissionais da escola.

Neste sentido, para que a inclusão nas escolas regulares seja verdadeiramente eficaz, como salienta Ruivo (2009), é preciso que as políticas governamentais devolvam aos professores os estímulos e as motivações necessárias, para que estes se envolvam no desenvolvimento das suas próprias "capacidades pessoais e profissionais", sem as quais a inclusão não passa de um conjunto de boas intenções.

In: Jornal "Terra Nostra" (online) de 21-05-2015